

O que os credores tardam a entender *ainda*

30 MAI 1984
Desde o momento em que vimos estampada nos jornais a nota dos quatro presidentes latino-americanos (Figueiredo, Alfonsín, Betancur e de La Madrid) sobre a questão da dívida externa, não tivemos a menor dúvida de que estávamos diante do fato mais importante ocorrido desde que esse problema começou a se agravar.

Os pronunciamentos subseqüentes de outros chefes de governos latino-americanos que não haviam assinado a nota original e as interpretações de observadores do mundo inteiro vêm confirmando a nossa impressão inicial.

30 MAI 1984
O momento, parece-nos, é extremamente oportuno para uma ação conjunta construtiva em relação ao problema, que só pode ser encetada, como dizíamos desde o início desta crise, pelos governos dos países devedores e dos países credores. Nesse sentido mantemos nossa opinião inicial sobre a nota dos presidentes: ela nos pareceu um documento sensato, lúcido e, mais do que isso, animado do propósito positivo e construtivo de encontrar realmente uma solução para o problema, que seja mutuamente satisfatória.

Até o momento os países signatários da nota não tomaram nenhuma nova iniciativa, a não ser a de dar seqüência aos termos da própria nota e começar a estudar a data da reunião de chanceleres e autoridades econômico-financeiras da área, conforme anunciaram que fariam. Estão, por assim dizer, observando as reações produzidas nos meios particulares e oficiais dos países credores.

Essas reações, ao nosso ver, não se têm apresentado à altura dos acontecimentos e dos imperativos do momento. O que tivemos até agora foi advertências, admoestações e protestos contra aquilo que se supõe ser o início da formação de um "cartel de devedores". Parece-nos que, enquanto a posição dos países signatários da nota for assim interpretada entre os países credores, mais aumentam as possibilidades de que aconteça o que eles mais temem.

O governo norte-americano não chegou a fazer um pronunciamento sobre o assunto, mas o secretário do Tesouro, Donald Regan, reagiu moderadamente, dizendo que na sua opinião não se trata da formação de nenhum cartel de devedores, parecendo-lhe, apenas, que os presidentes signatários buscam "encontrar uma solução de longo prazo, que vá além das medidas de curto prazo implementadas de acordo com o FMI". Essa é também a nossa opinião. Mas o secretário Regan se mostra cético e pouco cooperativo quando diz que, "se eles encontrarem essa solução de longo prazo e forem capazes de apresentar sugestões, nós estamos mais do que dispostos a discuti-las". O tom, como se vê, é de quem acredita que não tem um problema para ser resolvido e concorda benevolmente em ouvir o que os outros pensam fazer para resolver o problema que é deles.

Outros funcionários do governo norte-americano, ouvidos pela imprensa e falando off the record, refletem melhor a doutrina que prevalece em Washington, dizendo que, caso os países devedores se ponham a fazer pressões sobre os bancos, estes poderão "endurecer" e levar adiante a intenção já alimentada por muitos deles de não fornecer mais créditos de espécie alguma, deixando os clientes em má situação entregues à própria sorte.

Tudo isso nos dá a sensação de que o problema não está sendo visto, no Hemisfério Norte, como um problema coletivo de devedores e credores, para o qual é necessário buscar, em conjunto, uma saída razoável. Nada nesses pronunciamentos sugere a compreensão de que se trata de um problema hemisférico, de origem financeira, mas de caráter já agora eminentemente político, que exige cooperação racional de todas as partes envolvidas. A atitude, cujos sinais apreendemos, é a de quem ainda pretende brigar com a realidade em vez de lidar com ela. A realidade, descrita sucintamente na nota dos presidentes, é que os países devedores não podem continuar suportando por longo tempo um serviço da dívida que cresce de maneira autônoma, alheia à sua vontade e desproporcional ao crescimento da capacidade de honrar tal serviço. Essa a realidade da qual se tem de partir. Como garantir que os países devedores continuem a manter uma política de austeridade interna depois de desafoçados externamente — o que parece ser a grande preocupação dos credores — é assunto acessório, a ser negociado. O essencial, se temos em vista o fortalecimento de uma economia de mercado e, portanto, da democracia política nesta parte do mundo, é que os países devedores voltem a ter um prognóstico de crescimento econômico real. Forçá-los a permanecer longos anos com taxas negativas de crescimento, que é o que resulta dos atuais esquemas, é irrealismo histórico e formidável risco político.

O Banco Mundial acaba de fazer um empréstimo ao Paraguai em condições inéditas e inovadoras: as amortizações e juros que integram as prestações semestrais totalizam um valor fixo. O Paraguai sabe, portanto, quanto tem de pagar a cada ano pelo empréstimo. O que não sabe com precisão é quando terminará de pagar, pois as diferenças no serviço da dívida advindas de flutuações da taxa de juros serão adicionadas ou subtraídas ao saldo devedor, aumentando ou diminuindo o prazo da dívida. A doutrina atrás desse esquema é que não há perigo de um país deixar de pagar, já que ele não desaparece, como pessoas físicas ou jurídicas. O importante é que os pagamentos sejam suportáveis para sua economia.

Os bancos particulares certamente não terão as mesmas possibilidades do Banco Mundial de pôr em prática esquemas semelhantes. Mas há outros, que também permitem alcançar o mesmo objetivo, ou seja, tornar suportáveis e previsíveis as prestações anuais do devedor.

O que não se pode admitir é que o problema se continue agravando sem qualquer iniciativa acima e além das possibilidades do sr. William Rhodes, numa rota de inevitável colisão entre credores e devedores. Os primeiros parecem não compreender que, se a moratória é tecnicamente traumática para qualquer devedor isolado, não o é para blocos de devedores — como Brasil, Argentina e México, que formam um conjunto auto-suficiente no plano econômico. Os acontecimentos na República Dominicana, na Guiana e na própria Argentina estão a sugerir que os fatos se precipitam rapidamente enquanto tarda a tomada de consciência da sua gravidade. E tememos que o Ocidente, por falta de sensibilidade, perca neste episódio a América Latina, como já quase perdeu, em outros, o Oriente Médio, a África e grande parte da Ásia.